



Senado votará texto que garante repasses a estados e municípios

Projeto, que está na pauta de hoje do Plenário, proíbe a União de contingenciar, a título de ressarcimento, recursos do Orçamento devidos a prefeituras e governos estaduais

Jonas Pereira/Agência Senado — 16/4/2019



A proposta integra o conjunto de iniciativas do Senado para descentralizar a execução orçamentária, destravando as transferências para estados e municípios

O Senado pode votar hoje um projeto que proíbe a União de atrasar ou deixar de pagar, a título de ressarcimento, despesas orçamentárias para estados e municípios. A proposta, nascida na Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, é mais uma iniciativa que reforça a distribuição de recursos do Orçamento para prefeituras e governos estaduais.

Também está na pauta do Plenário projeto que obriga presos a ressarcir os gastos do Estado com sua manutenção. Caso o preso não tenha recursos próprios, ele deverá pagar as despesas com trabalho. **3**



Surdos enfrentam isolamento imposto por barreira linguística

A lei que obriga escolas, universidades e órgãos do governo a providenciar intérpretes de Libras, a língua de sinais usada na comunicação com surdos, completa 17 anos esta semana sem que o país tenha conseguido garantir avanços

concretos para essa parcela da população. Não são raros os casos, por exemplo, de surdos que deixam a escola como analfabetos funcionais. O Senado analisa propostas sobre o tema, como a que inclui a Libras como disciplina curricular. **4**

Getty Images/Stockphoto



Uma proposta em análise inclui a Libras como disciplina curricular nas escolas do país

Reforma da previdência militar é tema de debate hoje em comissão **3**

Auditor contratado e técnicos da Vale serão ouvidos em CPI **2**



Geraldo Magela/Agência Senado

Vigilantes protestam, em audiência na comissão, contra novas regras para aposentadoria especial

Trabalhadores e governo divergem sobre justificativa para aposentadoria especial

Trabalhadores criticaram, na Comissão de Direitos Humanos, as novas regras para aposentadoria especial previstas na PEC da Previdência. Eles alegam que, em muitas atividades, as

limitações de idade e os riscos assumidos justificam o benefício. Já o governo afirma que não é a atividade que justifica a aposentadoria especial, mas o perigo da exposição a agentes nocivos. **3**

Comissão analisa textos sobre violência familiar e alimentação na escola

Está na pauta de hoje da Comissão de Educação projeto que destina metade dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar à aquisição de produtos da agricultura familiar. Também pode ser analisada proposta que garante a dependentes de vítima de violência doméstica matrícula em escola próxima de casa. **2**

Brasília foi importante para desenvolver o interior, destaca sessão

Em homenagem aos 59 anos de Brasília, participantes ressaltaram a importância da construção da nova capital para o desenvolvimento do país. Eles lembraram que a interiorização da capital era um sonho que existia desde a Proclamação da República, só concretizado em 1960, por iniciativa de Juscelino Kubitschek. **2**

Sessão destaca importância da construção de Brasília

Em sessão especial em homenagem aos 59 anos da capital, senadores disseram que Brasília trouxe desenvolvimento para o interior do país e uniu os brasileiros em torno de um projeto nacional

PARTICIPANTES DE SESSÃO especial em homenagem aos 59 anos da fundação de Brasília, realizada ontem, elogiaram a iniciativa de interiorização do país, fato que, segundo eles, sempre permeou o inconsciente coletivo brasileiro.

As Constituições, desde a Proclamação da República em 1889, previram a construção de uma nova capital no interior em contraponto às litorâneas (Salvador e Rio de Janeiro). Mas a intenção só saiu do papel com Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando a construção de Brasília foi a síntese de seu plano de desenvolvimento “50 anos em 5”.

A senadora Leila Barros (PSB-DF) lembrou os três anos e dez meses de um trabalho extenuante para erguer a capital. Ela destacou que brasileiros de todos os sotaques se uniram em torno desse primeiro projeto nacional, chegando a uma “região antes isolada em busca de trabalho e movidos por sonhos e coragem”.



Ao lado de Leila Barros, Izalci Lucas (C) comanda homenagem no Plenário

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) contou que veio para Brasília ainda criança com a família de migrantes pobres de Araújos (MG).

— Meu pai chegou pouco depois da inauguração, um dos muitos candangos que vieram de todos os cantos do país, especialmente Nordeste e Minas Gerais. Naquela época, os cariocas ainda estavam inconformados com a mudança da capital. JK e os candangos tiveram força e disposição de transformar Brasília na abertu-

ra para todos os caminhos do interior do país. Com Brasília, as estradas viriam e o escondido e rico interior apareceria.

A presidente do Memorial JK e neta do ex-presidente, Anna Christina Kubitschek, disse ser importante não esquecer a perseguição política que Juscelino sofreu a partir da instalação do regime militar, em 1964. O mandato que então exercia como senador foi cassado poucos dias após o golpe e ele foi proibido de visitar Brasília até sua morte, em 1976.

Reguffe registra aniversário de 59 anos de Brasília

Reguffe (sem partido-DF) registrou ontem o aniversário de 59 anos de fundação de Brasília, comemorado no domingo. Para ele, a tempestade que caiu na capital federal no dia do aniversário demonstrou os problemas vividos pela cidade. A chuva rapidamente alagou ruas e provocou diversos transtornos à população. Reguffe disse ser necessário que o governo do DF faça um trabalho de prevenção, para evitar que situações como a de domingo venham a se repetir, e criticou os gastos de mais de R\$ 3 milhões na festa de aniversário da cidade.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Izalci Lucas aponta desafios que o DF ainda deve superar

Para lembrar os 59 anos de Brasília, Izalci Lucas (PSDB-DF) enumerou os desafios que ainda precisam ser superados na capital federal. O senador apontou como problemas enfrentados pelo brasileiro a falta de estrutura e a ausência de um plano de preservação que auxilie no enfrentamento de grandes tempestades, ao mencionar os transtornos causados no domingo após intensa chuva na capital federal. O senador também ressaltou o alto índice de desemprego, que atinge mais de 400 mil trabalhadores. Para ele, é preciso dar condições para que o jovem toque seu próprio negócio.

Para Telmário, Roraima está à beira de colapso

Roraima está à beira de um colapso, afirmou ontem Telmário Mota (Pros-RR). Ele apontou como problemas enfrentados pelo estado a paralisação, há três meses, dos serviços de transporte escolar, a péssima qualidade da saúde, a falta de ligação do estado ao sistema nacional de energia, além dos efeitos da imigração dos venezuelanos. Para ele, o ex-presidente Michel Temer, aliado do ex-senador Romero Jucá e da prefeita de Boa Vista, Teresa Surita, são responsáveis pelos retrocessos.



Waldemir Borretto/Agência Senado

CPI de Brumadinho ouve depoimentos de auditor da Tuv Süd e de técnicos da Vale

A CPI de Brumadinho ouve hoje o auditor da empresa alemã Tuv Süd Arsênio Negro Júnior. O engenheiro deverá esclarecer se a Tuv Süd foi pressionada a assinar os laudos de estabilidade das barragens da mina Córrego do Feijão. Outro convocado é

o geólogo da Vale César Augusto Paulino Grandchamp, que assinou a declaração de condição de estabilidade da barragem 1. Também está prevista a oitiva do executivo Felipe Figueiredo Rocha, do setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale.

Alimentação nas escolas está na pauta de hoje da Comissão de Educação

A Comissão de Educação pode analisar hoje projeto que destina metade dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar para aquisição de gêneros da agricultura familiar (PLS 331/2017). A proposta é de Rose de Freitas (PMDB-ES), relatada por

Nelsinho Trad (PSD-MS). Outro item na pauta assegura a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica na escola mais próxima de casa (PL 1.619/2019). O texto é relatado por Eduardo Gomes (MDB-TO).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH A Previdência e a segurança**
9h Audiência para debater a Previdência dos profissionais civis de segurança pública.
- MP 870/2019 Ministérios**
9h Audiência pública. Às 14h, mais um debate a respeito da medida provisória.
- CAE A previdência e os militares**
10h Análise de autorização de empréstimo para Camaçari (BA). Depois, audiência pública para debater proposta de reforma da previdência dos militares das Forças Armadas, PMs e bombeiros.
- MP 862/2018 Nova região no DF**
10h Análise de relatório.
- CE Agricultura familiar**
11h Entre 21 itens, o PLS 331/2017, que aumenta recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar para aquisição de alimentos da agricultura familiar.
- CI Presidente da Anatel**
11h Debate com Leonardo Euler de Moraes.
- CTFC Carrinho de bebê em avião**
11h30 Entre 6 itens, o PLC 31/2017, que trata do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial.
- CPI DE BRUMADINHO Depoimentos**
13h Depoimentos de funcionários da Vale e da Tuv Süd Brasil.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h O PLS 399/2015 — Complementar, que estabelece que os recursos devidos aos estados e municípios, a título de ressarcimento, não poderão ser objeto de contingenciamento por parte da União, está na pauta.
- MP 863/2018 Capital de fora em aéreas**
14h30 Análise de relatório.
- CADEIAS PRODUTIVAS Subcomissão**
15h Instalação e eleição.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe**: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado**: 0800 612211
- **Acompanhe**: Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania
- **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado votará mais verbas para estados e municípios

Proposta, que está na pauta de hoje do Plenário, proíbe a União de atrasar ou deixar de repassar recursos orçamentários devidos a prefeituras e governos estaduais a título de ressarcimento

O PLENÁRIO DO Senado pode aprovar hoje mais uma iniciativa que reforça a distribuição de recursos orçamentários para estados e municípios. Um dos itens na pauta de votações, o PLS 399/2015 proíbe a União de contingenciar recursos devidos a estados e municípios a título de ressarcimento.

Na prática orçamentária, o contingenciamento significa retardar ou deixar de executar parte da programação de despesas previstas. O governo emite decreto para limitar os gastos autorizados pela lei orçamentária, decisão que recai sobre as despesas classificadas como não obrigatórias, diante da expectativa de insuficiência das receitas.

O projeto nasceu na Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo e modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), o controle excessivo dos recursos por parte da União gera insegurança em relação aos repasses.

— Tem sempre que haver demanda para liberar o recurso, em um processo que acaba sendo político e indevido, pois se trata de verba que, por direito, pertence a estados e municípios — afirmou.

O projeto integra uma série de propostas encaminhadas pelo Senado para descentralizar a execução orçamentária, destravando a transferência de recursos para estados e municípios. Se for aprovado, ele se juntará à PEC 34/2019, que torna obrigatória parte das emendas orçamentárias de bancadas estaduais, e à PEC 61/2015, que permite o direcionamento direto de verbas por emendas parlamentares, sem a necessidade de mediação da Caixa Econômica.

Também está na pauta projeto que obriga os presos a ressarcir os gastos do Estado com a sua manutenção. O PLS 580/2015 altera a Lei de Execução Penal (LEP) para tornar o ressarcimento obrigatório, independentemente das circunstâncias. Se não

tiver recursos próprios, diz o texto, o preso pagará por meio de trabalho.

Duas emendas foram incorporadas pelo relator, o ex-senador Ronaldo Caiado. Se o preso tiver condições financeiras, mas se recusar a pagar ou trabalhar, ele será inscrito na dívida ativa da Fazenda Pública. Além disso, quem não possuir recursos para se sustentar e que, ao final do cumprimento da pena, ainda tiver restos a pagar por seus gastos, terá a dívida perdoada ao ser colocado em liberdade.

Os senadores também poderão votar proposta que obriga a União a repassar às prefeituras pelo menos 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad). O PLS 304/2016 havia sido aprovado de forma terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e seguiria diretamente para a Câmara, mas um requerimento assinado por 11 senadores determinou que ele fosse estudado pelo Plenário. De acordo com a proposta, o repasse ocorrerá em parcelas semestrais, nos meses de janeiro e julho de cada ano, e a divisão do dinheiro será feita conforme os mesmos critérios usados para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A pauta ainda inclui o PLC 84/2018, que garante aos portadores de deficiência visual o direito de receber cartões bancários com informações em braile. Caso seja aprovado, o projeto seguirá para sanção.



Fernando Bezerra e Anastasia, presidente e relator da comissão especial

Kajuru destaca piora na percepção sobre corrupção no Brasil

Jorge Kajuru (PSB-GO) afirmou que, após três meses da posse dos novos parlamentares, a população brasileira quer saber se a renovação do Congresso Nacional é, de fato, capaz de mudar o Brasil para melhor. O senador relatou que a percepção da corrupção é a pior desde 2012, segundo pesquisa divulgada pela Transparência Internacional, indicando que os representantes do povo não vêm cumprindo o seu papel. Por isso, observou, recai sobre o Congresso uma grande responsabilidade. Kajuru defendeu mais transparência na gestão pública e propostas de combate à corrupção.



Valdemir Borges/Agência Senado

Alvaro Dias cobra transparência nos custos da Petrobras

Alvaro Dias (Pode-PR) cobrou do Executivo transparência na planilha de custos da Petrobras.



Valdemir Borges/Agência Senado

— Sabemos pouco sobre a planilha de custo de produção de combustível da Petrobras. Seria interessante ver a planilha para que o debate tenha mais consistência.

O senador também alertou para os riscos de uma nova greve dos caminhoneiros, a exemplo da que ocorreu no ano passado e derrubou o produto interno bruto (PIB) do país. Ele advertiu para os efeitos de uma paralisação, tanto em relação à economia, quanto ao abastecimento e à segurança da população.

Comissão mista vota medida que abre setor aéreo ao capital estrangeiro

A comissão mista da medida provisória que eleva o percentual de capital estrangeiro nas companhias aéreas retoma hoje a reunião para votação do relatório sobre a MP 863/2018. O limite atual, de 20%, é determinado pelo Código Brasileiro de Aeronáutica.

O relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que é favorável à abertura total do setor, rejeitou todas as 21 emendas apresentadas. No mês passado, a Câmara aprovou projeto semelhante à MP. O texto permite que o capital social das companhias aéreas com sede no Brasil seja totalmente estrangeiro. A proposta (PL 1.829/2019) aguarda votação no Senado.



Paim (C) comanda o debate sobre regras para aposentadorias especiais

Mudanças em aposentadorias especiais recebem críticas

As novas regras para aposentadoria especial previstas na proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019) foram criticadas ontem por representantes de trabalhadores em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Para o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura, as limitações de idade impostas ao exercício da profissão e os riscos assumidos justificam a aposentadoria especial.

— Após os vigilantes completarem 40 anos, as portas do mercado de trabalho se fecham para esses profissionais.

O deputado distrital Chico Vigilante (PT) citou os professores como outra categoria cuja realidade “é desconsiderada pelo governo”.

Presidente da Associação dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário, Roniel Andrade apontou a insegurança da atividade.

— A limitação do tempo é inevitável.

Para o senador Styvenson Valentim (Pode-RN), se o Congresso detalhar as espe-

cificidades de cada profissão, não conseguirá nunca deliberar sobre a reforma da Previdência.

Já o assessor do Ministério da Economia Alessandro Roosevelt explicou que a PEC 6/2019 não extingue a aposentadoria especial, mas diferencia os conceitos sobre o direito a ela quanto a riscos físicos, químicos ou biológicos à saúde do trabalhador.

— Não é a atividade que justifica a aposentadoria especial, mas o perigo da exposição a agentes nocivos, como quem trabalha sob radioatividade. Precisamos melhorar as condições de trabalho.

A especialista em Direito Previdenciário Gabriela Simor disse que os problemas psicológicos causados por trabalho com solventes, barulho excessivo e outros também precisam ser analisados.

— A aposentadoria especial não tem caráter preventivo, mas indenizatório.

A CDH fará hoje outra audiência sobre a PEC da Previdência, com foco nos profissionais civis de segurança pública.

Colegiado debate hoje reforma da previdência dos militares

O projeto de reforma da previdência dos militares será debatido hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Encaminhado pelo Poder Executivo, o texto ainda está sendo analisado pela Câmara.

Foram convidados para o debate o diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme), Elias Miler da Silva, o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, e o presidente da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), Paulo Penteado Teixeira Júnior.

A audiência foi requerida pelos senadores Major Olimpio (PSL-SP) e Rogério Carvalho (PT-SE) para debater a proposta de reforma da previdência dos militares e de reestruturação do sistema de proteção social

das Forças Armadas. O PL 1.645/2019 abrange os efetivos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, bombeiros e policiais militares.

O projeto prevê o aumento escalonado de 7,5% para 10,5% nas contribuições pagas para futuras pensões de filhos e cônjuges. O valor também passaria a ser cobrado de pensionistas, alunos, cabos e soldados. O texto também aumenta de 30 para 35 anos o tempo de serviço para aposentadoria, mas quem está na ativa terá a opção de cumprir o “pedágio”: mais 17% do tempo que faltar para atingir o atual tempo mínimo de serviço.

A reforma dos militares ainda cria um adicional de disponibilidade militar, que representará um máximo de 41% do soldo, para um general de Exército, até um mínimo de 5% para os soldados.

Barreira linguística leva surdos ao isolamento

Como raros ouvintes sabem língua de sinais, deficientes auditivos passam por sérios apuros no médico, no trabalho e nas ruas. Senado tem propostas para mudar essa situação

Ricardo Westin

O ENREDO DO curta-metragem tem um quê de kafkiano. Após maltratar um surdo, a protagonista se vê lançada, de uma hora para a outra, num mundo onde todos só se comunicam pela língua de sinais. Ninguém fala. Ela acaba sendo presa pela polícia por engano e tenta explicar — em bom português — que não tem nada a ver com o crime do qual é acusada. Suas palavras, porém, não significam nada para os policiais. Os sinais que eles fazem com as mãos tampouco fazem sentido para ela. Percebendo-se um peixe fora d'água nesse mundo de surdos, a personagem surta.

— Com essa inversão de papéis, transformando os surdos em maioria e os ouvintes em minoria, busco fazer a sociedade sentir o quão sofrida é a vida do surdo. Por não haver acessibilidade linguística, ele não compreende nem é compreendido — explica Johnnatan Albert, roteirista e diretor do filme *Libras É Merda?*, que foi lançado neste mês em Brasília, numa mostra de curtas-metragens produzidos por surdos, e deverá ser exibido em outros festivais pelo país.

Libras é a sigla para a língua brasileira de sinais, composta de um extenso e complexo repertório de gestos. Em 2002, uma lei deu à Libras o status de meio legal de comunicação e expressão. Desde então, escolas, faculdades, repartições do governo e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a providenciar intérpretes para atender aos surdos. A Lei 10.436, de 2002, faz aniversário amanhã, razão pela qual 24 de abril é o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais.

Apesar da lei, os surdos ainda estão longe da plena inclusão na sociedade. Como o curta *Libras É Merda?* denuncia (às

avessas), o grande obstáculo é a escassez de ouvintes se comuniquem na língua de sinais. A Libras está restrita à comunidade surda. Isso pode transformar atividades corriqueiras num inferno. No ônibus, os surdos não conseguem saber do cobrador qual é a parada em que devem descer. Se o alto-falante do aeroporto anuncia troca de portão, eles correm o risco de perder o avião caso não estejam com os olhos grudados nos telões de voos.

No hospital, perdem a vez quando não estão atentos à enfermeira que grita o nome do próximo paciente. No cinema, não podem ver filmes nacionais, pois só os estrangeiros são legendados. Na loja, o vendedor menos paciente e esclarecido pode confundir os gestos da língua de sinais com brincadeira ou deficiência mental e simplesmente virar as costas para os clientes surdos.

Morte por engano

As situações podem inclusive ser trágicas. ONGs dedicadas aos surdos dizem que não são raros os casos em que pacientes com problemas sérios de saúde saem de consultas com uma prescrição errada de remédio porque o médico não entendeu quais eram os sintomas, e as situações em que inocentes são mortos porque não ouviram a ordem de parar e o policial atirou por não perceber que eram surdos.

— Deficiente não é o surdo, mas a sociedade que não sabe se comunicar com ele. Se o surdo encontrasse no dia a dia pessoas que soubessem a língua de sinais, ele não enfrentaria tantas barreiras e, por isso, nem perceberia a surdez como deficiência — afirma a coordenadora do Laboratório de Educação de Surdos e Libras, da Universidade de Brasília (UnB), Edelce Buzar.

Segundo o Censo mais recente, de 2010, viviam no

Brasil 2,1 milhões de pessoas que escutavam muito pouco ou nada — o equivalente à população de Manaus. A pesquisa do IBGE não apontou quantas faziam uso da língua de sinais.

As primeiras barreiras por vezes são impostas pela própria família. Quando a criança nasce surda ou perde a audição ainda pequena, muitos pais rejeitam a língua de sinais e impõem a oralização. Sem ouvir a própria voz, o treinamento da fala e da leitura labial costuma ser lento e penoso. O aprendizado da língua de sinais, ao contrário, é natural para quem, compensando a lacuna da audição, tem na visão o sentido mais apurado.

— Eu consigo falar, mas não me sinto à vontade. Prefiro a língua de sinais — diz Johnnatan Albert, o diretor do curta-metragem, que tem 32 anos e perdeu a audição quando era bebê, como seqüela da meningite. — Como não ouço minha voz e não consigo controlar muito bem a tonalidade e o volume, todas as pessoas que estão ao redor se viram para mim quando falo qualquer coisa. Algumas olham com ar de reprovação. Fico constrangido.

Raras escolas estão adaptadas para receber alunos surdos. A mera presença de um intérprete da língua de sinais ao lado do professor não é suficiente. Por um lado, muitas crianças surdas chegam ao colégio sem saber língua nenhuma e vão ter que aprender a Libras do zero. Por outro, as que já sabem a língua de sinais não encontram professores preparados para ensinar-lhes o português escrito. Nessa situação, como a Libras é a primeira língua do estudante, o português precisa ser apresentado como segundo idioma, com uma metodologia completamente diferente, tal como uma língua estrangeira. O professor precisa ser bilíngue e ter uma formação específica.

Analfabeto funcional

Como consequência do despreparo das escolas, muitos surdos chegam ao fim dos estudos como analfabetos funcionais. É por isso, aliás, que tentar se comunicar por escrito com um surdo nem sempre dá certo.

— Os surdos acabam sendo forçados a viver encapsulados em seus próprios mundos. São como almas que passam por nós sem que nos preocupemos em enxergá-los ou interagir com eles — compara o intérprete de Libras e ex-presidente



Johnnatan Albert dirigiu filme que mostra dramas enfrentados pelos surdos



Tarcísio Barroso é pós-graduado, mas se queixa de ser subestimado no trabalho

da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos do Distrito Federal (Apada-DF) Marcos de Brito.

Desde 1991, a Lei 8213 obriga as empresas a reservar uma parte de suas vagas para funcionários com algum tipo de deficiência. Para firmas que tenham entre 100 e 200 trabalhadores, por exemplo, a cota é de 2%. A inclusão efetiva nem sempre ocorre. Tarcísio Barroso, de 31 anos, também ficou surdo ainda bebê, por causa da meningite. Ele é oralizado, mas tem a Libras como primeira língua. Mesmo pós-graduado na área da tecnologia da informação, acabou sendo relegado a tarefas secundárias em muitas das empresas onde trabalhou, em Brasília.

— A comunicação com meus chefes sempre foi falha. Alguns não se preocupavam em articular bem as palavras na hora de falar para eu poder fazer a leitura labial. Outros preferiam se comunicar por escrito, mas usavam palavras difíceis ou frases pouco objetivas, o que dificultava a minha compreensão. De tanto eu pedir que explicassem novamente cada orientação, acabavam concluindo que eu era incapaz ou tinha deficiência intelectual e passavam a me deixar de lado. Já chorei muito por causa disso.

Os senadores estudam diversos projetos de lei que buscam reduzir a barreira linguística que isola os surdos. O PLS 115/2017, de Telmário Mota

(Pros-RR), obriga os bancos a contar com intérpretes de Libras. O PLS 52/2016, de Ciro Nogueira (PP-PI), e o PLS 465/2017, de Kátia Abreu (PDT-TO), determinam a mesma adaptação aos hospitais públicos. O PRS 33/2018, de Paulo Rocha (PT-PA), prevê que as transmissões da TV Senado sejam traduzidas para a língua de sinais.

No mês passado, por sugestão de Romário (Pode-RJ), o Senado lançou um vídeo bilíngue (em português e Libras) com a íntegra da Lei Brasileira de Inclusão. Para o senador, o isolamento dos surdos diminuiria se a língua de sinais fosse oferecida às crianças ouvintes dentro do currículo escolar.

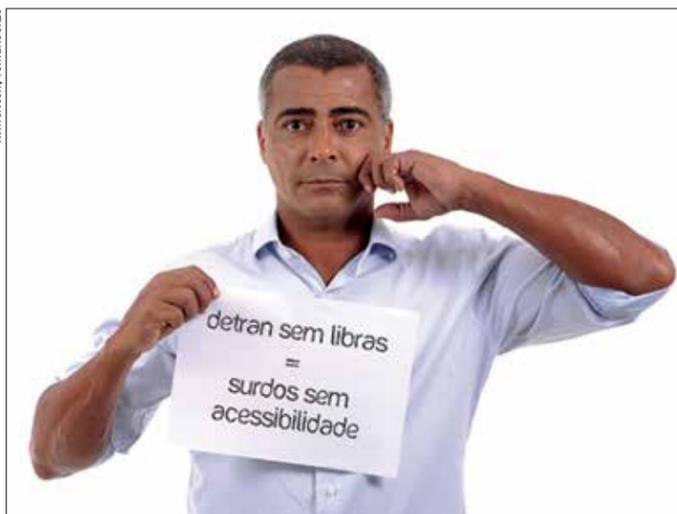
— Eu mesmo tenho dificuldade para me comunicar com um surdo, pois não tive nenhuma disciplina escolar que me proporcionasse esse domínio — diz Romário. — Da mesma forma que ensinam inglês e espanhol, as escolas poderiam também incluir a Libras, mesmo que como disciplina optativa, algo que muitas universidades já têm feito.

Saiba Mais

Senado traduz Lei Brasileira de Inclusão para Libras
<http://bit.ly/videoLeiInclusao>

Estudo da UnB trata da importância da Libras
<http://bit.ly/estudoLibrasUnB>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadanía



Romário fez campanha para que o Detran de SP oferecesse intérprete de Libras